A ESCOLA E O CURRÍCULO COMO FATOR DE INCLUSÃO LGBT

Alisson Ribeiro de Mello[1] (FA), Lucimar Araújo Braga[2]
alissontoko@gmail.com[1] labraga2007@gmail.com[2]

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Departamento de Estudos da Linguagem

8.00.00.00-2 Linguística, Letras e Artes / 8.01.02.00-0 Fisiologia da Linguagem

Palavras-chave: Alunos(as), Escola, Pedagogia

Resumo
O subprojeto visa à discussão sobre a relação da escola como ambiente social adjunto ao currículo escolar (SILVA, 2010), analisando suas finalidades e sobre o entendimento do porquê não haver tópicos na inclusão da comunidade LGBT no ambiente social de aprendizagem escolar diante do currículo (MISKOLCI, 2017). Assim, parte das teorias curriculares elencadas às pedagogias para esta pesquisa visam uma educação crítica de transformação, de (re)pensar discursos, de ações, que por muitas vezes acabam silenciando esses(as) sujeitos no ambiente sócio e educacional. O ambiente escolar é vigiado por diversas instâncias que influenciam em relações de poderes e perspectivas de sociedade mais diversa, em suma, acredita-se que a escola seja um ambiente com muitas diferenças mas que não necessita ser excludente (LOURO, 1997).

Introdução

O que me incitou a pensar em como se organiza o espaço escolar, pensando em métodos de inclusão de alunos(as) LGBT, que por muitas vezes são silenciados nesses espaços foi a construção e o (não) reconhecimento das identidades destes indivíduos. Se entende a identidade como um processo de construção social que perpassa por múltiplos significados políticos, sociais, ideológicos, sendo assim é “[...] no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais” (LOURO, 2000).

Contudo, essas identidades não são fixas, pois durante a vida dos(as) sujeitos elas se re(constroem), o que implica numa tentativa de normalização de identidades no âmbito escolar e têm-se a existência de políticas curriculares com intuito de regularização de identidades voltados a uma norma social (LOURO, 1997). Então cabe repensar o papel da escola como uma instituição de formação de indivíduos e sua organização curricular.

Portanto, ao perceber essas intuições e finalidades do currículo e da escola, é passível compreender que a construção curricular, é empregada em valores políticos ideológicos. Isto é, a seleção de conhecimentos que “devem” ser ensinados na escola e outros não devem é um exemplo de relação de poder. Para, Silva (2010), a instituição escolar leva em consideração a cultura do dominante, que se expressa pelos discursos e códigos linguísticos culturais dominantes.

Material e Métodos

A pesquisa, oriunda do subprojeto “A ESCOLA E O CURRÍCULO COMO FATOR DE INCLUSÃO LGBT” relacionada à temática do currículo, foi desenvolvida com apoio de diversos referenciais teóricos que abordam sobre questões curriculares e educação, sexualidade e diferenças. A pesquisa é de cunho qualitativo-bibliográfico, pois, segundo Flick (2009), as pesquisas se apresentam de formas diferenciadas e

as qualitativas podem gerir conteúdos consistentes e articulados para outras investigações e até mesmo para futuras intervenções na organização curricular e escolar.
Outros métodos, foram os encontros quinzenais no Grupo de Estudos em Currículo Educacional e Diversidades - GECED- que debate sobre diferentes temas, entre eles as questões da marginalização de identidades no espaço de ensino-aprendizagem escolar e como podemos intervir através das práticas docentes discursivas. Com o apoio dos estudos da Filosofia da Linguagem e da Nova Pragmática as discussões sobre o lugar de fala dos indivíduos e a importância de ocupar os espaços determinados como legítimos, apenas algumas pessoas e não de outras, o GECED funcionou como um apoio metodológico didático e pedagógico, no sentido de possibilitar um apoio acadêmico e científico com literatura direcionada para as discussões que foram utilizadas no desenvolvimento deste subprojeto.

Resultados e Discussão

Ao se entender que o currículo é um documento pertinente à construção do grupo dominante por meio de linguagens e códigos culturais voltados a uma normalização de identidades é notório que essa organização contribui para desigualdades sociais (SILVA, 2010), em específico para alunos(as) que divergem à “norma” para qual a escola se regula, podendo ser uma violência simbólica entre os indivíduos que ali se constituem.
Com base nas reflexões de Louro (1997), a escola é masculina. Essa afirmação se deve ao fato de que os conhecimentos em sua maioria presentes na grade curricular foram historicamente produzidos por homens. Entretanto, por mais que a maioria das pessoas que atuam na escola sejam pessoas do sexo feminino, atualmente, isso não impede o fato de que a escola atue a favor de uma norma cultural, através de discursos proferidos em sala e materiais didáticos, pois a educação é um dos dispositivos pelo qual a classe dominante expressa seus ideias sociais de mundo, o que garante uma reprodução e formação cultural de identidades (SILVA, 2013).
Um dos conceitos importantes para fundamentar esses debates é a noção de uma norma regularizadora, que é constantemente compartilhada na sociedade pelas mídias, políticas, ideologias e discursos. Como afirma Louro (2000, p.12): “Os grupos sociais que ocupam posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros.”
Partindo dessa concepção, cabe pensar a escola como ambiente histórico de normalização estatal (MISKOLCI, 2017). Assim como a homossexualidade foi construída através de discursos, a heterossexualidade também foi realizada por meios linguísticos, porém “a produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade.” (LOURO, 2000, pág. 21).
O que possibilita essa rejeição das identidades de alunos(as) LGBT dentro do ambiente escolar é o que Silva (2010) chama de currículo oculto, que é o papel realizado pelas interações sociais no processo de reprodução social. Em suma, pode-se notar que a maior parte da educação e produção de teorias e conhecimentos é exercida por uma perspectiva cis-heterossexista (Miskolci, 2017).
E como a escola é um ambiente de interações sociais de diversos grupos de indivíduos, esse é o espaço em que os princípios coletivos de como esses(as) indivíduos devem ser são percebidos como regras, ideais, o que possibilita a exclusão de alguns indivíduos, nesse caso, os(as) discentes LGBT. Pois, como dito

antes, a escola é construída com a linguagem do dominante para os(as) sujeitos que constituem está norma cis-heterossexista. Conforme, Louro (2000): “Meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigem àqueles e àquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem” (pág. 12)

Essa discussão se relaciona às teorias curriculares pelo fato de que é uma instância de organização elencada às estruturas de poderes, sendo assim, é possível afirmar que o currículo é um instrumento político de reprodução cultural ideológica que rege como base as organizações de conhecimentos escolares por meio de significados que estão “[...] estreitamente ligados a relações sociais de poder e desigualdade.” (SILVA, 2010, pág. 56)

Ao entender essas questões através dos estudos com a linguagem e das teorias curriculares é visível que a escola exerce uma prática de segregação, pois a própria instituição produz distinções, desigualdades e diferenças. “Gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninas e meninas, tornam-se parte de seus corpos” (LOURO, 1997, pág. 61)

Todos essas situações refletem na invisibilidade desses(as) alunos(as), o que se pode chamar de “ocultamento” ou negação dos(as) LGBT e homossexualidade na escola. Esse silenciamento é uma prática adotada como forma de reforçar a “norma”, com o intuito de evitar o reconhecimento dessas identidades por parte da comunidade escolar. (LOURO, 1997, pág. 67)

Esse ocultamento por parte da escola e organização curricular, submete estes(as) sujeitos a violências físicas, emocionais, etc, que possam comprometer com o desempenho acadêmico destes(as) sujeitos, pois “[...] o ensino escolar participa e é um dos principais instrumentos de normalização[...]” (MISKOLCI, 2017, pág. 18). E todo esse processo legitima violência entre corpos que a organização curricular compete por meios ideológicos, segundo Silva (2010, pág. 32): "[...] a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas de classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas de classes dominantes aprendem a comandar e controlar".

Contudo, essas reflexões e análises de silenciamento, de violências e de tentativas de normalizações podem ser subvertidas, por meio de pressupostos pedagógicos que visam a transformação de desigualdades pertinentes pela reprodução cultural. O que nos leva a acatar a pedagogia feminista, pedagogia transgressora e queer.

Essas três abordagens educacionais, possuem semelhanças, pois pensam em estratégias, procedimentos que devem romper com ideologias que perpetuam discursos violentos sobre indivíduos tidos como fora da “norma”, para Louro (1997), a pedagogia feminista é elencada às pedagogias emancipatórias, pois visa à conscientização, a libertação, ou a transformação da sociedade e sujeitos pelas práticas em sala de aula.

Enquanto a pedagogia queer provém para repensar no reconhecimento de sujeitos que são constantemente silenciados nas instâncias educacionais. Mas o que seria o *Queer?* “A Teoria Queer lida com o gênero como algo cultural, assim, o masculino e o feminino estão em mulheres e homens, nos dois. Cada um de nós – homem ou mulher – tem gestuais, formas de fazer e pensar que a sociedade pode qualificar como masculinos ou femininos independente do nosso sexo biológico. No fundo, o gênero é relacionado a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade.” (MISKOLCI, 2017, pag. 32)

Portanto, o Queer não se submete somente aos estudos voltados aos sujeitos LGBT em geral, mas sim com foco em reconhecer àqueles e àquelas quais sejam

considerados ameaças ao sistema que rege a sociedade, pois assim dizer, um currículo queer vai de encontro ao currículo reprodutivo, pois “Um comprometimento em construir uma experiência educacional que tenha uma perspectiva queer exige lidar com a experiência da abjeção como algo concernente a todos e que não deveria ser parte da experiência educacional.” (MISKOLCI, 2017, pág. 35)

Conclusões

Após os estudos com a literatura mais ampla sobre as questões que abarcam a diversidades de gênero e sexualidade, percebeu-se que o a escola é um local influenciado pelo poder, em que as relações são estabelecidas e vigiadas pela sociedade. Essa forma de observação mantida pela sociedade tem sido uma maneira de incentivar a manutenção das desigualdades entre os indivíduos.

Desta forma, pode-se dizer que a escola seja um espaço contraditório em que o conhecimento apresentado e trabalhado reproduz um sistema heteronormativo que não se preocupa em atender as diversidades, movimento que reflete a invisibilidade de alguns indivíduos e a autopromoção de outros.

Por fim, acredita-se que a escola precisa atentar para ser mais democrática e para que isso ocorra é necessário a participação de todas as pessoas envolvidas com a escola

Agradecimentos

Eu agradeço a Fundação Araucária pela disponibilidade da bolsa que auxiliou muito a produção desta pesquisa, como também as aulas de espanhol ministradas na ONG Renascer, qual instituição eu também fico muito grato pela parceria e confiança em nossas práticas alinhadas para ao menos tentar subverter algumas desigualdades percebidas.

Referências

FLICK, Uwe. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 3ª. Edição. Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educatica**. Paz e Terra, 2002.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. **Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Trad. por Tomaz Tadeu da Silva. 2ª Edição, Belo Horizente, 2000.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças** / Richard Miskolci. 3ª edição revista e ampliada. Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2017. – (Série Cadernos da Diversidade; 6).

MOREIRA, Antonio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Currículo, Cultura e Sociedade**. 12. ed. - São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: Uma Introdução às Teorias do Currículo**. 3o Edição. Editora Autêntica. 2010.

URZÊDA-FREITAS, M. T.. **"Educando para transgredir": reflexões sobre o ensino crítico de línguas estrangeiras/inglês.** Trabalhos em Linguística Aplicada (UNICAMP), v. 51, p. 77-97, 2012.